



Resenha de “Chile, fim do mito”

Clayton M. Cunha Filho¹

Resumo

Resenha do livro “Chile, fin del mito: estallido, pandemia y ruptura constituyente”, de Alexis Cortés, publicado em Santiago, Chile, pela RIL Editores, em 2022.

Palavras-chave: Chile, revolta, constituinte.

Reseña de “Chile, fin del mito”

Resumen

Reseña del libro “Chile, fin del mito: estallido, pandemia y ruptura constituyente”, de Alexis Cortés, publicado en Santiago, Chile, por RIL Editores, en 2022.

Palabras-clave: Chile, revuelta, constituyente.

Review of “Chile, end of the myth”

Abstract

Review of the book “Chile, end of the myth: outbreak, pandemic and constituent rupture”, by Alexis Cortés, published in Santiago, Chile, by RIL Editores, in 2022.

Key words: Chile, revolt, constituent.

*"En medio de esta América Latina convulsionada
veamos a Chile, es un verdadero oasis"
Sebastián Piñera, 06 de outubro de 2019*

País de cerca de 18 milhões de habitantes e pouco menos de 760 mil km² de área encravado entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, o Chile notabilizou-se politicamente na América do Sul pela especial virulência de sua ditadura militar comandada pelo general Augusto Pinochet (1973-1990) e pelo processo de transição à democracia mais

¹ Professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. E-mail: cunhafilho@ufc.br

militarmente controlado e restrito da região, com a manutenção de uma Constituição outorgada pela própria ditadura em 1980. Constituição essa que foi tão bem-sucedida em blindar o sistema político chileno a mudanças em seu modelo econômico e ao caráter subsidiário de seu Estado, mesmo quando maiorias eleitorais sufragavam em outra direção, que para muitos críticos (por exemplo, FUENTES SAAVEDRA, 2021) se poderia falar mesmo em uma transição democrática inacabada mesmo após a supressão de seus traços mais aberrantemente antidemocráticos ao longo desses pouco mais de vinte anos de eleições livres no país.

A direita política chilena e suas elites socioeconômicas, por outro lado, sempre se esforçaram por mostrar a esses sistemas político e econômico como uma história de êxito e estabilidade, de um país supostamente encaixado na direção correta e que se desenvolvia e modernizava sem convulsões ou sobressaltos graves, supostamente destoando das crises cíclicas que acometiam os seus vizinhos de tempos em tempos. O Chile seria, assim, “um verdadeiro oásis” na América Latina nos dizeres de seu por duas vezes presidente Sebastián Piñera (2010-2014 e 2018-2022). No entanto, aquela imagem idílica descrita por Piñera logo desmoronaria e o assombraria quando, no dia 18 de outubro de 2019, o sistema de transporte metroviário de Santiago foi paralisado devido aos fortes confrontos entre *Carabineros*² e multidões de chilenos que protestavam contra o aumento de 30 pesos na tarifa decretado por seu governo doze dias antes, sintomaticamente no mesmo dia em que pronunciara o fatídico diagnóstico de excepcionalidade nacional.

Aqueles protestos massivos, que passariam a ser conhecidos como “*el estallido*”, logo se espalhariam pelo país e prosseguiriam imparáveis ao longo de meses mesmo diante de violenta repressão oficial, somente refluindo em março de 2020 com o início da pandemia de COVID-19 e as medidas de isolamento social que se fizeram necessárias. Mas as rachaduras naquele conto do país politicamente estável onde o neoliberalismo dera certo já estavam por demais evidentes, e haviam mesmo deixado passar por entre si um até muito recentemente impensável acordo político para um processo de substituição da famigerada Constituição de 1980. E é precisamente sobre as mudanças provocadas pelos acontecimentos da conjuntura política chilena recente, acelerando seus tempos e desconstruindo narrativas consolidadas, de que trata o mais recente livro do premiado sociólogo Alexis Cortés³, “*Chile, fin del mito: estallido, pandemia y ruptura constituyente*”. Reunindo, além da introdução, sete ensaios escritos e apresentados e/ou publicados entre 2017 e 2021, o livro se divide em três partes

² Polícia chilena.

³ <http://sociologia.uahurtado.cl/alexis-cortes-gana-el-11-premio-iberoamericano-en-ciencias-sociales/>

tratando respectivamente dos antecedentes da revolta de outubro (daqui em diante, 18-O), do *estallido* propriamente dito e dos efeitos da pandemia e da ruptura constituinte no país.

No primeiro capítulo, “*El contra-ciclo político chileno en el contexto latinoamericano*”, o autor explora a ideia de que o Chile se comportaria politicamente de maneira contracíclica em relação a seus vizinhos, por vezes antecipando tendências políticas regionais como fora o caso com a implementação de reformas neoliberais, em outras acoplando-se de maneira atrasada aos ciclos regionais como com seu tardio processo de redemocratização. Longe da ideia de excepcionalidade em que o país estaria descolado do restante da América Latina – ideia essa frequente e centralmente acoplada ao mito idílico do país oásis –, o autor busca na verdade justamente situar o país transandino em sua realidade regional a partir de suas especificidades situando-o em relação ao chamado “ciclo progressista” que aparentemente se encontrava em fase descendente, com a eleição sucessiva de governos à direita do centro em substituição de administrações situadas à esquerda. Cortés mostra como, apesar de governado durante quase todo o ciclo pela coalizão de partidos *Concertación*, a qual incluía o histórico Partido Socialista de Allende, era difícil situar o Chile como parte desse ciclo devido às suas limitações, mesmo reconhecendo a extrema heterogeneidade entre os distintos governos que o compuseram. Por outro lado, justamente nesse fim de ciclo regional quando a vizinhança se inclinava cada vez mais à direita e mesmo à extrema-direita como no Brasil, o Chile parecia mover-se cada vez mais na direção de um questionamento de suas instituições políticas e econômicas herdadas da ditadura e potencialmente – especula o autor – antecipando futuras tendências regionais. E encerrando a primeira parte do livro, em “*El movimiento estudiantil chileno y las derivaciones políticas del 2011*”, o autor se detém a analisar precisamente o fato que teria propiciado esse contraciclo chileno anteriormente analisado, os massivos protestos do movimento estudantil universitário de 2011, no primeiro governo de Piñera. Na interpretação de Cortés, a revolta estudantil provocou efetivamente transformações importantes no cenário chileno embora, como costuma acontecer no acionar dos movimentos sociais, sem controlar plenamente as transformações efetuadas. Foi em grande medida em resposta a ela, por exemplo, que a antiga *Concertación* se converteu em *Nueva Mayoría* com o acréscimo do Partido Comunista Chileno à coalizão no segundo governo de Michelle Bachelet (2014-2018) na tentativa de responder a demandas surgidas na conjuntura. Ainda que as reformas aprovadas no sistema educativo do país durante esse governo tenham sido consideradas insuficientes pelas lideranças estudantis, Cortés considera inegável que as mesmas inegavelmente modificaram o status quo numa direção desmercantilizadora e, talvez mais importante, uma clara clivagem Educação Pública vs.

Mercado lograra se instalar no debate nacional. E embora a segunda eleição de Piñera para a sucessão de Bachelet tenha deixado um certo clima de frustração, os ecos de 2011 continuavam a condicionar a natureza do debate político no país e o próprio cenário havia se modificado substantivamente com a criação da Frente Ampla, novo partido de esquerda surgido precisamente de lideranças daquele ciclo e que hoje governa o país através de uma daquelas lideranças, Gabriel Boric (2022-).

No terceiro capítulo, “*La rebelión social como imaginación sociológica colectiva*”, o autor propõe a interpretação do 18-O como um grande momento de imaginação sociológica coletivo, no qual o povo sublevado logra – tal qual propusera o estadunidense Wright Mills ao cunhar o conceito – conectar biografia, história e estrutura social a partir da politização acelerada propiciada pelo momento. Seria um momento em que os véus do cotidiano se destapam e permitem antever as ligações até então semiocultas entre as preocupações do cotidiano como consequência de processos de mais longa duração como expresso, por exemplo, nas consignas de “Não são 30 pesos [biografia], são 30 anos [história do neoliberalismo no Chile”, ou “Não era depressão [biografia], era neoliberalismo [estrutura social]” que circularam em grafittis e cartazes ao longo das mobilizações. Do mesmo modo, o fato de que a demanda por uma Constituinte para substituir a carta magna de 1980 tenha ao final se assentado como grande bandeira seria indicativo, na medida em que aquela constituição se estabelece no imaginário coletivo como próprio símbolo das três dimensões reconectadas, uma estrutura social que condiciona a história e gera os dramas biográficos.

Cortés encerra a segunda parte do livro com o capítulo “*El octubre chileno: ¿el neoliberalismo nace y muere en Chile?*”, que já havia circulado em português em 2019 no sítio Horizontes ao Sul⁴, onde tenta interpretar sociologicamente as causas e sentidos do 18-O e suas possíveis consequências sobre a sociedade chilena posterior. O autor parte da metáfora de uma erupção vulcânica, eclosão repentina de magma a partir do acúmulo subterrâneo de pressão que altera radicalmente seu entorno, com elementos de destruição inegável, mas que também modela novas paisagens e fertiliza o solo, renovando-o para processos futuros. Da mesma forma o 18-O, apesar de aparentemente surpreendente em seu momento de eclosão fora fruto do acúmulo subterrâneo de descontentamentos e aspirações frustradas do modelo chileno, e que vinham silenciosamente minando as bases de legitimação do sistema apesar de sua aparente estabilidade na superfície. Que sementes vicejariam da fertilização por ele provocada na política chilena, se questiona Cortés?

⁴ <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/12/18/o-outubro-chileno-o-neoliberalismo-nasce-e-morre-no-chile>

Na terceira e última parte, o autor se ocupa de pensar algumas das possibilidades e desafios abertos para o futuro imediato chileno pela pandemia de COVID-19 (que efetivamente encerrou a fase insurgente do processo) e pela ruptura constituinte aberta pelo 18-O. Em “*El Estallido Social y el Coronavirus: para pensar el Chile Post-Pandemia*”, Cortés conjectura o quanto o caráter inesperado da irrupção pandêmica e as medidas inéditas de coordenação e controle que se fizeram necessários para combatê-las poderiam reativar imaginações sociais de alternativas. Na medida em que muitos governos de orientação neoliberal ao redor do mundo chegaram mesmo a “suspender” temporariamente alguns dogmas neoliberais em prol de uma maior intervenção estatal, a suposta inevitabilidade do próprio neoliberalismo poderia ser posta em questão. Em seguida, em “*La Constitución de Allende contra la de Pinochet*” o autor homenageia o presidente-mártir chileno cuja imagem voltara com força no processo do 18-O apesar da forte iconoclastia das massas majoritariamente jovens que se manifestavam. O autor resgata a proposta de nova Constituição de Allende, que provavelmente jamais seria aprovada na polarizada conjuntura de seu momento, mas que sequer chegou a ser considerada devido ao golpe militar de Pinochet em 1973, buscando contrastar suas propostas com os sentidos emergidos do 18-O. Embora certamente os desafios do presente já não sejam os mesmos dos tempos de Allende, Cortés considera que seu profundo compromisso democrático e com a construção de uma sociedade plenamente desenvolvida e portadora de direitos podem ser inspiradores.

Alexis Cortés encerra o livro com o capítulo “*Proyecciones y riesgos del proceso constituyente*” em que tenta analisar as promessas e os riscos da nova constituição como ponto fundante da construção de um possível novo Chile. O autor relata como, durante as jornadas de protesto, tornara-se comum encontrar junto aos vendedores ambulantes, ao lado de itens como protetores oculares e lenços para resistir a gases lacrimogêneos, cópias da Constituição de 1980 que teriam se tornado *best-sellers* literários do momento. A curiosidade anedótica seria um sintoma de como a percepção da referida carta magna como causa geradora das agruras que se denunciavam nos protestos tinha se assentado como ponto focal das insatisfações. E a condensação das demandas surgidas no pleito por uma nova Constituição democraticamente elaborada e socialmente embasada seria um alento democrático no país, mas ao mesmo tempo trazendo consigo os riscos que poderiam advir das frustrações de tantas aspirações levantadas. Cortés resgata de Marcelo Neves o conceito de “constitucionalização simbólica”, referente a um problema bastante comum na América Latina em que Constituições progressistas e portadoras de amplo rol de direitos se conjugam com um Estado incapaz de efetivá-los na prática. Uma das causas para o fenômeno,

possivelmente, seria a apontada pelo constitucionalista argentino Roberto Gargarella, que em seu estudo sobre 200 anos de constitucionalismo na América Latina teria detectado a contradição entre a grande evolução na concessão progressista de direitos ao longo do tempo em toda a região, com a manutenção quase intacta de sistemas políticos elitistas e de forte concentração de poderes. No Chile, por sua vez, o problema seria a vigência de uma Constituição onde sequer existiriam muitos desses direitos sociais em primeiro lugar, de modo que uma possível constitucionalização simbólica seria problema para a nova constituição que a substitua – e, especula o autor, a construção nela de um novo sistema político que efetivamente democratize os mecanismos de poder poderia ser uma providência para evitá-los.

Concluído e publicado quando a Convenção Constituinte (CC) chilena ainda não havia terminado, Cortés não pôde analisar os efeitos provocados pela ampla rejeição do novo texto constitucional proposto no referendo de 04 de setembro de 2022, mas já advertia alguns riscos dessa possibilidade nos fortes desgastes sofridos pela CC tanto pela difusão de *fake news*, quanto por alguns erros e contradições de fato por ela cometidos. Quiseram as vicissitudes da história, no entanto, que o autor fosse nomeado como um dos 24 integrantes do Comitê de Especialistas previsto para a nova tentativa constituinte ora em curso. Seja o que for que ainda aguarde o porvir dessa constituinte, certamente terá no professor Alexis Cortés um intelectual crítico de aguçada capacidade de análise, conjugada a um profundo compromisso democrático com a transformação social chilena e com a necessidade de uma ciência social capaz de ir além dos muros da academia e intervir no meio que a cerca.

Referências

CORTÉS, Alexis. **Chile, fin del mito: estallido, pandemia y ruptura constituyente**. Santiago, Chile: RIL Editores, 2022.